

Violência contra a mulher no contexto rural**Violence against women in the rural context**

DOI:10.34115/basrv3n6-017

Recebimento dos originais: 10/10/2019

Aceitação para publicação: 21/11/2019

Daine Ferreira Brazil do Nascimento

Enfermeira, Mestranda do Curso de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia- UFBA

Instituição: UFBA Universidade Federal da Bahia

Endereço: Rua Basílio da Gama, 241 – Bairro Canela, CEP 40110-907. Salvador-Ba

E-mail: daynefb.14@hotmail.com

Georgiane Silva Mota

Enfermeira, Mestranda do Curso de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia- UFBA

Instituição: UFBA Universidade Federal da Bahia

Endereço: Rua Basílio da Gama, 241 – Bairro Canela, CEP 40110-907. Salvador-Ba

E-mail: georgianemota@gmail.com

Priscilla Nunes Porto

Enfermeira, Doutoranda do Curso de enfermagem da Universidade Federal da Bahia- UFBA

Instituição: UFBA Universidade Federal da Bahia

Endereço: Rua Basílio da Gama, 241 – Bairro Canela, CEP 40110-907. Salvador-Ba

E-mail: priscillaporto@outlook.com

Carle Porcino

Psicóloga, Doutoranda do Curso de enfermagem da Universidade Federal da Bahia- UFBA

Instituição: UFBA Universidade Federal da Bahia

Endereço: Rua Basílio da Gama, 241 – Bairro Canela, CEP 40110-907. Salvador-Ba

E-mail: carle.porcino@outlook.com

Jeane Freitas de Oliveira

Enfermeira, Doutora Prof^a em enfermagem da Universidade Federal da Bahia- UFBA

Instituição: UFBA Universidade Federal da Bahia

Endereço: Rua Basílio da Gama, 241 – Bairro Canela, CEP 40110-907. Salvador-Ba

E-mail: jeane.foliveira@outlook.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo identificar situações de violência vivenciadas por mulheres rurais de uma comunidade do estado da Bahia. Trata-se de recorte de uma pesquisa descritiva, cujos dados foram produzidos no período de abril a junho/2019. Foram investigadas 20

mulheres que responderam a um formulário com questões acerca da caracterização sociodemográfica e da problemática da violência. Na análise foi utilizada a frequência simples para agrupamento dos tipos de violências possibilitando discussão com dados da literatura. As entrevistadas eram da raça/cor negra, com idade entre 18 e 40 anos, com baixo nível de escolaridade e renda financeira, mantendo dependência financeira do parceiro e/ou de terceiros. Todas sofreram algum tipo de violência, com destaque para agressão física, abuso sexual, violência psicológica, infantil, doméstica e institucional. Os dados apontam para um cenário em que as mulheres se encontram expostas a situações vulneráveis e aos mais diversos tipos de violência.

Palavras-chave: Mulher. População rural. Violência.

ABSTRACT

This article aims to identify situations of violence experienced by rural women from a community in the state of Bahia. This is a clipping of a descriptive research, whose data were produced from April to June / 2019. Twenty women who answered a form with questions about sociodemographic characterization and the problem of violence were investigated. In the analysis the simple frequency was used to group the types of violence, allowing discussion with data from the literature. The interviewees were black / black, aged between 18 and 40 years old, with low level of education and financial income, maintaining financial dependence on their partner and / or third parties. All suffered some kind of violence, especially physical aggression, sexual abuse, psychological, child, domestic and institutional violence. The data point to a scenario in which women are exposed and vulnerable situations and the most diverse types of violence.

Keywords: Woman. Rural population. Violence.

1 INTRODUÇÃO

A população rural é conhecida como o grupo que reside fora dos limites urbanos, visto que a zona rural é definida física e geograficamente sem levar em conta os processos econômicos e sociais que constituem esse espaço (IBGE, 2010; RUCKERT, CUNHA e MODENA, 2018). A condição de vida desse segmento populacional é marcada pela pobreza, invisibilidade e dificuldade de acesso aos benefícios sociais a partir de políticas públicas, especialmente nas regiões mais pobres do país (XIMENES et al., 2016; HEREDIA, 2006).

A vida de mulheres da zona rural é atravessada por diversos fatores que impactam seu contexto de vida, considerando as situações de vulnerabilidades e agravos, visto que enfrentam situações de desigualdades de gênero e desvalorização familiar. Esses aspectos são potencializados, haja vista as diversas funções desempenhadas por essas mulheres, que, ainda são popularmente consideradas leves, tidas como secundárias pelos próprios membros da família, além de sua autonomia se restringir somente ao cuidado da casa e dos filhos, pois todo

o processo decisório referente aos investimentos e recursos é desenvolvido pelo homem (BRUMER 2004). Além de desempenharem diversas funções no ambiente doméstico, um número expressivo delas, também trabalha na agricultura que pode ser familiar e/ou como prestadora de serviço para outrem. Somado a isso, a mulher rural ainda enfrenta situações de violência que impactam ainda mais seu ambiente familiar e de vida (FILIPAK, 2017).

A violência é uma situação vivenciada por uma a cada cinco mulheres no território brasileiro e, apesar de já terem sido agredidas pelo marido, ex-companheiro, este se torna um fenômeno velado que está sujeito à problemática da subnotificação, fator que tem dificultando o conhecimento da dimensão do problema e afetado a intervenção (VIANA et al., 2018; COSTA e LOPES, 2012).

Pedrosa e Zanella (2016), reiteram que esse cenário tem tomado tamanha dimensão mundial que a Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1990 tornou a violência contra a mulher uma questão de saúde pública, fato pertinente e necessário que tem trazido maior visibilidade para uma questão que tem provocado impactos na sociedade.

O fenômeno da violência está relacionado à cultura de gênero, ao patriarcado e às relações de poder. Os altos índices de violência contra mulheres ainda estão permeados pela invisibilidade da problemática na área da saúde e tornam as intervenções fragilizadas (COSTA e LOPES, 2012). Por conseguinte, para discutir a violência, seja no contexto rural e/ou nos diversos ambientes, torna-se indispensável compreender que esse processo contribui para adoecimento físico e mental das mulheres e familiares, trazendo consigo elementos, a exemplo da invisibilidade, que reduzem consideravelmente o enfrentamento das violências, nesse contexto.

Nesse sentido, outro fator que ainda limita o enfrentamento desse fenômeno é a identificação e subnotificação de ocorrências relacionadas as diversas formas de violências. Segundo o Projeto de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA), entre os anos de 2009 e 2010, foram notificados 100.849 casos de violência doméstica, sexual e/ou outras violências, número subestimado considerando a subnotificação (PEREIRA-GOMES et al., 2015).

Diante das considerações acerca das mulheres rurais e da aproximação com uma comunidade rural devido inserção de uma componente da equipe de pesquisa atuar na Unidade de Saúde da Família (USF), da referida comunidade, foi elaborada uma proposta de pesquisa para desenvolvimento com mulheres rurais visando obter mais elementos para uma assistência embasada na integralidade e equidade.

Trabalhar com mulheres rurais, considerando suas especificidades, toma proporções de grande relevância social e de saúde, visto que conhecer o contexto de vida da mulher rural, suas dificuldades e seus enfrentamentos, contribui para a compreensão de sua multiplicidade, favorecendo o diálogo, formação de vínculo, facilitando as práticas e orientações dos profissionais de saúde que prestam os cuidados a essas mulheres.

Sua relevância surge num cenário em que as produções acadêmicas sobre a temática são escassas e pouco discutidas no âmbito da formação em saúde, e por tratar-se de assunto atual referente a populações invisibilizadas e vulneradas. Sendo assim, o trabalho objetiva identificar situações de violências vivenciadas por mulheres rurais.

2 MÉTODO

Trata-se de dados preliminares de uma pesquisa descritiva em andamento, desenvolvida com mulheres rurais residentes na comunidade rural do município de Camaçari-Ba. O referido município possui 784,548 Km² de extensão, com população estimada de 296.893 habitantes, sendo aproximadamente 6% dessa população de característica rural. Apesar de possuir altos índices de produtividade e geração de renda, a partir do Polo Industrial que abriga empresas químicas, petroquímicas e automobilísticas a cidade é marcada pela concentração de renda, altos índices de pobreza e desemprego (IBGE, 2017; NEVES, 2010).

De acordo com dados obtidos com a equipe da Unidade de Saúde da Família da comunidade, estima-se na área de abrangência uma população de aproximadamente 9.000 pessoas, sendo o número estimado de 2.500 mulheres maiores de 18 anos (SESAU, 2018). A pesquisa com essa comunidade exigiu um processo de aproximação visando à formação de vínculos e conhecimento da realidade. Nessa perspectiva, foram realizadas várias visitas à Unidade de Saúde e mantido contato direto com as mulheres através da realização de rodas de conversas sobre temas de interesse das mesmas, com foco em questões relacionadas a saúde. Os dados foram coletados no período de maio a junho de 2019, mediante aplicação de instrumento que comportou os seguintes itens: características sociodemográficas e de saúde, caracterização familiar, comportamento sexual e reprodutivo. O formulário foi elaborado, por componentes da pesquisa, sendo testado e validado em pesquisa anterior, mostrando-se adequado aos objetivos da presente pesquisa. Para o presente trabalho foram consideradas as questões sobre violência inseridas no item sobre a caracterização familiar.

A discussão sobre a violência contra a mulher no meio rural surgiu à medida que o instrumento para obtenção de dados com vistas a caracterização sociodemográfica estava em fase de aplicação. Nesse sentido, a partir do desenvolvimento dessa etapa da pesquisa, emergiram relatos relacionados a(s) vivência(s) de situação de violência(s), uma vez que o instrumento comportou questões sobre conflitos familiares e violências, tanto de cunho pessoal quanto coletivo. Dessa forma, alguns relatos também foram utilizados nos resultados por possibilitar a contextualização das violências vivenciadas.

As participantes foram abordadas na sala de espera da Unidade de Saúde, enquanto aguardavam consulta e/ou atendimento da equipe. Para os critérios de inclusão foram considerados: idade igual ou superior a 18 anos, estar devidamente cadastradas na Unidade de Saúde da Família e manifestar interesse em participar da pesquisa. Não foi estabelecido critério de exclusão.

A aplicação do formulário ocorreu individualmente, em local reservado na unidade, por componentes da equipe de pesquisa que foram treinadas previamente, com duração média entre 30 e 40 minutos. Os resultados foram processados pelo aplicativo *Microsoft Excel*® e feito análise descritiva.

Todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme resolução 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Vale salientar que as questões éticas foram atendidas em todas as fases da pesquisa e o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram organizados em dois eixos: o primeiro apresenta informações sobre as características sociodemográficas das participantes permitindo contextualizar sumariamente o grupo investigado; no segundo as modalidades de violências referidas pelas entrevistadas.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DAS PARTICIPANTES

Algumas das mulheres, quando questionadas sobre a violência vivenciada não diferenciaram as diversas formas de violência. Esses aspectos são relevantes por ser tratar de uma condição em que elas sofrem a agressão, mas não a considera enquanto tal,

provavelmente, por não ter a compreensão simbólica de que o contexto é aquele que a prática se configurem como situações de violência.

As participantes tinham entre 18 e 40 anos de idade, eram majoritariamente negras, com baixo nível de escolaridade. Eram em sua maioria casadas e dependiam financeiramente de seus companheiros e/ou familiares.

Além de se constituir um contexto de pobreza, que é caracterizada como prática de opressão em função da presença de elementos que depreciam o indivíduo, essa população se configura por ter uma baixa escolaridade, sendo composta predominantemente de negras, que, embora estejam em idade economicamente ativa, não conseguem inserção no mercado formal de trabalho (MOURA, XIMENES, 2016). Somado a isso, está a dependência financeira, motivo pelo qual as mulheres tendem a não deixarem seus companheiros, especialmente, quando possuem filhos, pois sem remuneração ela, provavelmente tenha dificuldades para manter o seu sustento e o da prole.

A idade é um fator relevante que deve ser considerado, principalmente se tratando da violência contra a mulher e suas vulnerabilidades. A idade das participantes variou entre 18 a 40 anos. De acordo com pesquisa realizada em Petrolina-PE, casos de violência contra mulheres ocorre frequentemente na faixa etária entre 20 e 39 anos (VIANA et al, 2018). No Relatório apresentado pelo VIVA, a maior proporção de atendimentos de urgência e emergência relacionados à episódios de violência em mulheres também ocorreu nessa mesma faixa etária (BRASIL, 2004).

O grau de escolaridade e a renda são fatores que interferem sobre a renda e dependência financeira. Quanto menor a escolaridade, mais difícil o acesso ao mercado formal de trabalho. Além disso, fatores raciais parecem ser determinantes para essa inserção no mercado de trabalho formal, geralmente tendo acesso aos cargos mais baixos, quando são escolhidas (GOMES et al., 2012).

Quando questionadas sobre o estado civil e situação conjugal, os dados refletem o que a literatura traz. O estado civil representa um elemento que pode vir a potencializar a violência para mulher envolvida numa relação, ameaçando sua saúde, sendo esse tipo de agressão considerado um reflexo que se mantém num padrão de abuso contínuo (ROSA et al., 2008).

Os dados de caracterização, embora limitados, confirmam as condições de subordinação e desigualdades sociais as quais as mulheres estão expostas, sobretudo as mulheres rurais. Sabe-se que fatores como baixa condição econômica e escolar somados ao contexto rural, à raça/cor negra podem interferir na qualidade de vida e saúde das pessoas de modo geral e, sobretudo, das mulheres.

3.2 VIOLÊNCIAS COTIDIANAS

Trabalhar com a temática da violência e, mais precisamente com pessoas em situação de violência, implica em conhecer seu contexto e compreender seu significado para a partir daí conseguir identificar os casos de violência vivenciados. É importante salientar que estes dados são preliminares, considerando que, ainda não é possível conhecer a dimensão da violência vivenciada por essas mulheres. Tais evidências serão desveladas e aprofundadas no decorrer da pesquisa.

Todas as mulheres participantes da pesquisa, em algum momento da vida sofreram algum tipo de violência, inclusive sobrepostas, visto que um tipo de violência mostrou-se associado a outras. Também foi relatado por elas: casos de abuso sexual, violência psicológica, violência infantil, violência doméstica e a violência institucional.

O abuso sexual foi referido pelas participantes, sendo o mesmo praticado por pessoas da família, no caso tio, cunhado e/ou padrasto. Para os casos de abuso sexual praticado pelos familiares próximos, as mulheres traziam que o ato ocorria associado ao terror psicológico, pois que eram ameaçadas para que ninguém tomasse conhecimento da situação de abuso. No entanto, enquanto indivíduos vulnerados recorriam às pessoas consideradas confiáveis, pois em seu entendimento poderiam encontrar algum tipo de suporte ou apoio.

Contudo, a reação era oposta, as mães tendiam a não acreditarem em sua palavra enquanto que as irmãs a culpabilizavam na medida em que, de alguma forma, a mulher fosse a culpada da situação, provocando-o fazendo com que ele agisse daquela forma, sentenciando e violentando a vítima duas vezes, pelo ato criminoso e pela culpabilização.

Quando questionadas sobre o abuso, lembrando que elas estavam cientes de que por se tratar de um trauma, caso não se sentissem confortáveis, necessariamente não precisariam responder a esta e demais questões. Muito embora, apesar da dor em relembrar o fato sentiam a necessidade de falar, inclusive houve episódios em que elas nunca haviam falado sobre o assunto com ninguém sendo a pesquisadora a primeira pessoa a escutá-la.

A partir disso, percebeu-se a imensa necessidade de fala das mulheres que precisavam encontrar em alguém, mesmo que fosse na condição de pesquisadora, à qual tiveram o contato pela primeira vez, suporte e confiança para falar sobre essas questões que tanto pode adoecer o corpo e a alma. Em resposta a isso, o choro foi muito presente, as lágrimas externavam um pesar que corroía e machucava ao longo dos anos, visto que após esse momento elas relataram que se sentiam um pouco melhor e que era bom poder tratar sobre o assunto com outra pessoa.

Essa violência se caracteriza como sendo um fenômeno difícil de enfrentar, pois a denúncia expõe o abuso que ocorre sobretudo no meio familiar produzindo uma crise e

causando danos psicológicos na vítima, sendo um retrato do motivo pelo qual as mulheres carregavam o fardo do trauma sozinhas (ARAÚJO, 2002).

Florentino (2015) retrata que a violência sexual possui duas especificidades/peculiaridades: a exploração sexual e abuso sexual. Segundo ele a exploração está associada à relação mercantil, mediante comércio do corpo/sexo de maneira coagida ou não, se configurando em pornografia, tráfico, turismo sexual e prostituição. Em se tratando do abuso sexual, este por sua vez se caracteriza por qualquer ação de interesse sexual de um ou mais adultos em relação a uma criança ou adolescente, ocorrendo tanto no seio intrafamiliar quanto no extrafamiliar, sendo que a categoria informada pelas mulheres se trata do abuso sexual.

Outra modalidade de violência referida pelas participantes foi a violência psicológica, manifestada pelas mulheres e praticada prioritariamente por colegas de trabalho que se instaura como sendo sutil e difícil de ser percebida pela vítima. Diferentemente do abuso sexual e da agressão física, a primeira decorre de palavras, gestos, olhares, sem necessariamente ocorrer contato físico. Além disso, é imprescindível salientar que a violência psicológica não afeta apenas a vítima, ela atinge todas as pessoas que presenciam ou convivem com a situação. Para as mulheres o pior não é a violência isoladamente, mas a tortura mental e a constante convivência com o medo e o terror (SILVA, COELHO e CAPONI, 2007; OMS, 1985). Para este tipo de violência, especificamente, não foram encontrados trabalhos atuais que tratassem sobre essa temática no meio rural. Poucos são os estudos que abordam a violência psicológica, uma vez que se categoriza como uma violência sutil e que por diversas circunstâncias não é percebida pela vítima.

A violência infantil também foi evidenciada pelas participantes. Em seus relatos informaram sofrer agressões por parte do pai e/ou mãe, os quais de modo geral encontravam-se sob efeito de substâncias psicoativas (SPA), em especial o álcool. Vale registrar que nas situações relatadas as mulheres ressaltavam as qualidades do pai e da mãe e do esforço para cuidar da prole diante das condições precárias que enfrentavam. Nesse contexto, atribuíam os atos de agressão exclusivamente ao efeito da droga consumida, no caso o álcool.

De acordo com Araújo (2002) a violência intrafamiliar contra a criança e adolescente ocorre como meio de conferir poder, dominação e exploração sobre a criança para satisfazer seus caprichos e necessidades pessoais. Nessa perspectiva, se configura como um paradoxo, uma vez que a família tem o papel de garantir à criança proteção, segurança, provimento das necessidades físicas e emocionais, zelando pelo desenvolvimento para a formação do indivíduo dentro da sociedade.

Melo et al. (2005) enfatizam que o fenômeno da violência frequentemente está associado ao uso de álcool e de outras substâncias, sendo um fator, inclusive, potencializador de vulnerabilidades, trazendo riscos às pessoas que estão inseridas no âmbito familiar. Como forma de enfatizar a associação entre a violência infantil e o uso de SPA em especial o álcool, o Instituto Nacional de Políticas Públicas do Álcool (INPAD), em 2013, realizou um estudo no Brasil com 3.007 pessoas com 14 anos ou mais, no qual a cada 10 participantes, mais de dois afirmaram terem sofrido violência física na infância, além destas, dois em cada dez relataram que o abusador estava sob efeito do álcool. (FEIJÓ et al., 2016)

Quanto à violência institucional, para as mulheres que evidenciaram essa prática, ela é abordada como um fato presente nos ambientes das instituições, nesse caso em saúde, definida pela omissão, negligência e comissão relacionadas aos procedimentos desnecessários ou indesejáveis, uma vez que as/os profissionais de saúde não correspondiam às necessidades que as mulheres tinham no momento. Ela também se relaciona com insultos, ameaças, agressão física ou psicológica (RIBEIRO DOS SANTOS et al., 2011).

Com relação à violência doméstica, as mulheres relataram já terem sofrido esse tipo de violência, sendo o principal agressor o ex-companheiro. A violência doméstica contra mulher é vista como um problema de saúde pública, levando em consideração sua dimensão e amplitude. É caracterizada como umas das formas de violência mais desumana e complexa que ocorre dentro do lar, ambiente este, que poderia ser um local seguro, harmonioso e tranquilo, muitas vezes é transformado em um cenário de excessivos conflitos (FARIAS et al., 2015).

Esse tipo de violência é descrito como qualquer comportamento numa relação íntima que venha causar danos físico, sexual ou psicológico, incluindo inclusive atos de agressão física, coerção sexual, abuso psicológico e comportamentos controladores, tratando-se de um problema de saúde pública multidimensional, que apresenta elevadas prevalências mundiais e atinge, principalmente, as mulheres. (VELOSO e MONTEIRO, 2019).

De acordo com o mapa da violência de 2015, o Brasil passou da 7ª colocação para a 5ª no *ranking* de taxas de feminicídios 50,3% dos casos em 2013 eram cometidos por familiares, 3,2% destes eram ex-parceiros (PEDROSA; ZANELLO, 2016).

As mulheres, sejam no cenário rural ou não, relatam as situações vivenciadas no passado e no presente, manifestando suas fragilidades, revivendo episódios de violência que expressam a exposição que muitas estão sofrendo bem como os agravos de saúde que surgiram a partir dessas circunstâncias a exemplo de lesões, sofrimento psíquico, sexual, moral dentre outros (VIANA et al., 2018).

O espaço da escuta qualificada que a pesquisa proporcionou mostrou-se relevante, visto que as mulheres se sentiram à vontade para expor coisas da sua vida que jamais foram ditas para ninguém. Essa ação se constituiu numa reflexão com relação as práticas de cuidados dispensados para as mulheres e as limitações que o serviço oferece para atender as demandas que ultrapassam as questões técnicas estabelecidas pelos programas governamentais e políticas públicas.

4 CONCLUSÃO

A violência contra a mulher se configura ainda como um grave problema que precisa ser falado e enfrentado, tanto pela sociedade como pelos órgãos governamentais, por meio da criação de políticas públicas que considerem sua prevenção e combate, como também, o fortalecimento da rede de apoio à pessoa que sofre e que pratica violência.

Embora as transformações advindas na sociedade e nas distintas culturas, no que se refere às relações de gênero, ao feminino e masculino, alguns estereótipos continuam e ligados a eles, alguns comportamentos e valores inerentes à cultura patriarcal.

Os dados apontam para um cenário em que as mulheres se encontram expostas a situações vulneráveis e aos mais diversos tipos de violência. Além disso, os aspectos inerentes aos costumes, comportamentos dessa população se configura como um desafio para a comunidade acadêmica, a exemplo do menor acesso aos serviços de saúde e a baixa cobertura nestas regiões.

Observou-se, a partir dos dados coletados nas entrevistas realizadas, que os diversos motivos de algumas mulheres permanecerem em uma relação conjugal violenta estão intrinsecamente relacionadas as questões referentes, principalmente, à dependência financeira e ao medo provocado por ameaças de morte, ou, ainda, em função dos filhos, frutos do relacionamento.

Quanto ao fato de sofrerem algum tipo de violência, faz-se necessário criar espaços de diálogos que visem ao debate do tema, visto que a necessidade de fala e desabafo das mulheres foi referido e observado frente a oportunidade de expressar algo que lhe cause de alguma forma um sofrimento, um anseio e medo.

Trata-se de uma temática relevante que reflete todas as ações sobre a violência e suas possibilidades de enfrentamento, considerando a mulher em seus diversos contextos no âmbito histórico e cultural. Tratando de um aspecto que trabalha a escuta qualificada como uma

ferramenta de empoderamento e de fala dentro de um espaço que a mulher reconheça os seus direitos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria de Fátima. Violência e abuso sexual na família. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 7, n. 2, p. 3-11, jul./dez. 2002.

BRASIL. Ministério da saúde/SVS. Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA), Violência Doméstica, Sexual e/ou outras violências. Brasília: Ministério da Saúde; 2004.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004.

COSTA, Marta Cocco da; LOPES, Marta Julia Marques. Elementos de integralidade nas práticas profissionais de saúde a mulheres rurais vítimas de violência. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 46, n. 5, p. 1088-1095, out. 2012.

FARIAS, Drielly Tenório Marinho et al. A violência doméstica contra a mulher e as políticas públicas: a partir da abordagem marxista. In: **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas (VII JOINPP)**. 2015.

FEIJÓ, Marianne Ramos et al. Álcool e violência nas relações conjugais: um estudo qualitativo com casais. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 21, n. 4, p. 581-592, out./dez. 2016.

FILIPAK, Alexandra. Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil (2003-2015): análise a partir da percepção de mulheres rurais e de movimentos sociais mistos. 2017.

FLORENTINO, Bruno Ricardo Bérghamo. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 2, p. 139-144, 2015.

GOMES, Nadirlene Pereira et al. Homens e mulheres em vivência de violência conjugal: características socioeconômicas. **Rev. Gaúcha Enferm.** Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 109- 116, June 2012.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. In: Unifem. O progresso das mulheres no Brasil, pp. 186, 2006.

MELO, Zélia Maria de et al. Família, Álcool e Violência em uma comunidade da cidade do Recife. **Psicologia em Estudo**, 10(2), 201-208, 2005.

MOURA, James Ferreira e XIMENES, Verônica Moraes. A identidade social estigmatizada de pobre: uma constituição opressora. **Fractal, Rev. Psicol.**, v. 28 – n. 1, p. 76-83, 2016.

NEVES, Márcio Silva. Causas dos homicídios de jovens e a fragilidade da rede de proteção social em Camaçari. 159f. Dissertação – Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador, Salvador, 2010.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Resolução da Assembléia das Nações Unidas. Local:** 1985.

PEDROSA, Mariana; ZANELLO, Valeska. (In)visibilidade da violência contra as mulheres na saúde mental. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 32, n. spe, e32ne214, 2016.

PEREIRA-GOMES, Nadirlene et al. Apoio social à mulher em situação de violência conjugal. **Rev. salud pública**, Bogotá, v. 17, n. 6, p. 823-835, nov. 2015.

ROSA, Antônio Gomes da et al. A Violência Conjugal Contra a Mulher a Partir da Ótica do Homem Autor da Violência. **Saúde Soc.** São Paulo, v.17, n.3, p.152-160, 2008.

RUCKERT, Bianca; CUNHA, Daisy Moreira; MODENA, Celina Maria. Saberes e práticas de cuidado em saúde da população do campo: revisão integrativa da literatura. **Interface**, Botucatu, v. 22, n. 66, p. 903-914, Sept. 2018 .

RIBEIRO DOS SANTOS, Ana Maria et al. Violência institucional: vivências no cotidiano da equipe de enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, vol. 64, núm. 1, enero-febrero, 2011.

SILVA, Luciane Lemos da; COELHO, Salema Elza Berger; CAPONI, Sandra Noemi Cucurullo de. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface - Comunic, Saúde, Educ**, v.11, n.21, p.93-103, jan/abr 2007.

VIANA, Aline Lopes et al. Violência contra a mulher. **Rev enferm UFPE on line**, Recife, 12(4):923-9, abr., 2018.

VELOSO, Caique; MONTEIRO, Claudete Ferreira de Souza. Consumption of alcohol and tobacco by women and the occurrence of violence by intimate partner. **Texto contexto - enferm.**, , v. 28, e20170581, 2019.

XIMENES, Verônica Moraes et al. Pobreza multidimensional e seus aspectos subjetivos em contextos rurais e urbanos nordestinos. **Estud. psicol.**, Natal, v. 21, n. 2, p. 146-156, 2016.

ZANELLO, Valeska; FIUZA, Gabriela; COSTA, Humberto Soares. Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 238-246, Dec. 2015.